

EDITORIAL

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AUTONOMIA POLÍTICA NACIONAL

Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira¹

A Organização das Nações Unidas (ONU) e a UNESCO, agência da ONU voltada para a educação, definiram o período iniciado em 1 de julho como o Ano Internacional das Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável 2022-23 (IYBSSD), sigla em inglês). O objetivo é fortalecer a associação entre as ciências básicas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A iniciativa da ONU e da UNESCO é fundamental por destacar como a ciência é estratégica para o alcance do desenvolvimento. Embora nas universidades e seus programas de pesquisa essa associação entre ciência e desenvolvimento faça parte da compreensão do papel social das instituições de ensino superior, é necessário disseminá-la socialmente.

A divulgação da relação entre ciência e desenvolvimento sustentável é fundamental por possibilitar a contraposição as falácias negacionistas disseminadas contemporaneamente, especialmente com as campanhas de desinformação, a exemplo dos tratamentos ineficazes para a COVID 19, divulgados como alternativa a única forma de prevenção eficaz validada cientificamente, a vacina.

A valorização das ciências básicas cumpre o papel de ressaltar como o investimento em pesquisa é estratégico e requer perenidade para o alcance dos resultados. O estabelecimento dos ODS definiu um conjunto de referências para as políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável. A adesão dos estados nacionais aos ODS possibilita o acompanhamento das políticas públicas e dos meios adotados para assegurar a sua efetividade. A objetividade relacionada aos ODS favorece a identificação do compromisso das autoridades públicas e da sociedade civil para com a redução das assimetrias sociais relacionadas a existência de condições adversas para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a valorização das ciências básicas converge para o alcance dos ODS gera a oportunidade para a sensibilização das lideranças políticas, sociais e econômicas, bem como a sociedade civil organizada para a manutenção e quiçá elevação dos investimentos em ciência básica para o alcance dos ODS. Essa iniciativa contrasta com a realidade brasileira. Nos últimos anos, os investimentos em pesquisa têm declinado no Brasil. Tal condição é oposta em relação ao cenário buscado com o estabelecimento do Ano Internacional das Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável 2022-23. Sem a destinação de recursos adequados e de forma perene, a contribuição científica para o desenvolvimento fica comprometida, até inviabilizada.

O desenvolvimento sustentável e autônomo nacional depende diretamente da qualidade dos investimentos em ciência, pois somente a produção de conhecimento e tecnologias apropriadas as condições brasileiras poderá assegurar o alcance dos ODS no Brasil. O desenvolvimento nacional requer atenção às condições aptas a assegurar a sustentabilidade social, ambiental e econômica. Somente uma perspectiva pautada nas condições brasileiras e em metas adequadas à redução das assimetrias presentes no território nacional, poderá se concretizar no alcance dos ODS.

¹ Editor Chefe da G & DR. Economista, Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)–Doutor em Engenharia Aeronáutica e Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Pós-Doutor em Gestão da Inovação Tecnológica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Coordenador Geral e Professor do Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté (UNITAU). E-mail: edsonaaqo@gmail.com

Cumprir com as condições necessárias para o alcance dos ODS no Brasil implica realizar escolhas relacionadas a autonomia nacional, com investimentos constantes em ciência básica e também em áreas correspondentes e estratégicas como educação, saúde, mobilidade, segurança e preservação do meio ambiente. Para tanto, a constituição de um projeto de desenvolvimento nacional é fundamental. A realização de investimentos em ciência básica é uma ação estratégica, cuja eficiência depende da integração com as demais áreas associadas e necessárias ao desenvolvimento, especialmente quanto a sua preservação como política de Estado. Destarte, tais ações implicam uma ruptura com a atual ciclo de desindustrialização e subordinação à divisão internacional do trabalho, responsável por perpetuar o desenvolvimento desigual e combinado no Brasil. O alcance dos ODS requer autonomia e sustentabilidade política pautada nos interesses da população brasileira.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.